

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante Taquelina Souza Silva dos Santos brasileiro(a) Casada, Autônoma portador do CPF: 016.784.094-05 residente na Rua: Valdomar de Silva Cortez 1939, Bairro: Presidente Costa e Silva COMARCA Mossoró com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

- 1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Mossoró -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;
 - 2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à **30% (trinta por cento)**, sob o valor da condenação, **independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;**
 - 3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula **" ad exitum"**;
 - 4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;
 - 5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..
- Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.
- Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 16/09/2018.

Contratante: Taquelina Souza Silva dos Santos

Contratado: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO
OAB/7469

Testemunhas: _____

CPF nº _____

Testemunhas: _____

CPF nº _____



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: Jaqueline Sousa Silva dos Santos brasileiro(a) -
Casada, Autônoma portador do RG nº 2927507, e do
CPF nº 016.734.094-03 residente na RUA: Valdemar da Silva Catão
BAIRRO: Presidente Costa Silva COMARCA Mossoró - Rio
Grande do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA
MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; DARTWNZ
WAMBERTO BARBOSA SALES (OAB9822/RN) podendo serem intimados na Rua
Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual confere amplos e
gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia",
para ajuizar ação de cobrança na Comarca Mossoró -RN,
podendo a outorgada, confessar, assinar, desistir, propor acordo,
receber intimações, dar quitação, transigir, apresentar réplica,
oposições, firmar acordo, receber e levantar ALVARA JUDICIAL,
decorrente da presente ação, apresentar recurso e contra razões, e
ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta
com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará judicial,
acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado
ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou,
qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o direito
do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao
bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 26/09/2018.

Outorgante: Jaqueline Sousa Silva dos Santos.

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Jaqueline Sousa Silva dos Santos brasileiro(a), casada, Autônoma
portador do RG nº 23275007 e do CPF 016.784.0940, residente na
Valdemar da Silva Costa na Cidade de Mossoró - Rio Grande do
Norte. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma
da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na
Comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte. Afirma ainda
ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a
verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em 16/09/2018.

Declarante: Jaqueline Sousa Silva dos Santos

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, Joqueline Sousa Silva dos Santos, brasileiro, casado,
Autônoma, com CPF nº 016.784.094-05 residente na
Rua V. O. Leonardo da Silva Costa nº 1939, BAIRRO: Presidente Costa e Silva
Mossoro -RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento
de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes,
fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei
7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e
cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o
presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro-RN, em 16 / Setembro / 2019

Declarante: Joqueline Sousa Silva dos Santos

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omítir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TÉCNICO - CIENTÍFICO DE PERÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - II



POLEGAR DIREITO



Maria Sueli Ribeiro Da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Scanned by CamScanner



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

002.918.292

DATA DE
EXPEDIÇÃO

14/02/2019

NOME

MARIA SUELI RIBEIRO DE BESSA FERNANDES

FILIAÇÃO

CICERO DA SILVA
MAURA RIBEIRO DE BESSA

NATURALIDADE

PORTALEGRE RN

DATA DE NASCIMENTO

23/08/1983

DOC. ORÇ. DE CASAMENTO L-B15 F-174 R6-3193
DARADUA RN-CARTORIO UNICO CARTORIO

CPF

096.705.514-29

35. VII

ASSINATURA DO DIRETOR
Priscilla Zúlio M. de Souza
LE Nº 7.116 DE 29/08/83
Diretora do Instituto de Identificação

Priscilla

Coniplan

Scanned by CamScanner



**CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA • FATURA • NOTA FISCAL**

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
 Rua Mermoz, 150. Baldo, Natal - RN. CEP 59025-250
 CNPJ 08.324.196/0001-81 | Insc. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE**ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA**

MARIA ANTONIETA FERNANDES DO NASCIMENTO PO VELAME 82 SN

CPF: 043.818.724-52

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
 RESIDENCIAL

VELAME/AREA RURAL
 BARAUNA RN
 59695-000

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
023202059	ÚNICA	24/04/2019
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
24/04/2019	3010124729	1570017

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
7000798597	04/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
02/05/2019	24/05/2019
TOTAL A PAGAR (R\$)	165,05

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	232,0000000	0,65355224	151,62
Contrib. Ilum. Pública Municipal			8,97
Multa por atraso-NF 020218891 - 22/02/19			2,45
Juros por atraso-NF 020218891 - 22/02/19			1,10
Atualização IGPM-NF 020218891 - 22/02/19			0,91

TOTAL DA FATURA

165,05

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
H572003	CAT	26-03-2019	27.712,00	24-04-2019	27.944,00	29	1,00000		232,00

HISTÓRICO DE CONSUMO**INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS****COMPOSIÇÃO DO CONSUMO**

Scanned by CamScanner



Mossoro RN, em 10/05/2019

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS DE DIREITO QUE NO DIA FATO: 24/04/2019

Hora: 10:59

LOCAL DO ACIDENTE: ~~900~~ Barauna/RN

PROXIMO: Parque Uaupéyada

VEICULO ENVOLVIDO: Moto, ANO- 2014, COR: Preta

PLACA: MRA-1811 CHASSI: 9C2JC30706R537824

RENAVAN: 00122155480

COMO ACONTECEU O ACIDENTE: trabalhei como o-ayse,

quando, ao passar por uma estrada

terrocel, perdimos o controle do veículo,

quando tinha uma cobra no veículo

QUEM SOCORREU A VITIMA: Populares

PARA ONDE FOI SOCORRIDO: Hospital de Barauna e Depois
Transferido

Nada mais a constar assino o presente termo, o fazendo ciente das sanções penais determinadas no art. 299 do CPB, assumindo toda responsabilidade sobre o teor e conteúdo das declarações ora prestadas.

Mossoro -RN, EM 10/05/2019

Assinatura do declarante: X Maria Sueli Ribeiro de Bessa Fernandes

Testemunhas: X Wellington Fernandes do Nascimento

Testemunhas: X Elizângela Fernandes do Nascimento



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - CE

Nº 01162810499

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA PPT 01 Cód. RENAVAM 00122105420 R.N.T.R.C. 0000000000

NOME EDSON DE OLIVEIRA LIMA

RUSSAS

CPF / CNPJ 06775536735

PLACA NPA1111 CE

PLACA ANT / UF / CE

CHASSI 90242207080107328

ESPÉCIE TIPO

PA3/MOTOCICLO

MAIOR MODELO

MONDA/CE

CAP / POT / CIL

2P / 10CV / 12V

CATEGORIA

PARTIC

CCR PREDOMINANTE

PRETA

COTA ÚNICA

VENC. COTA ÚNICA

VENC / COAS

I
P
V
A

FAIXA I.P.V.A.

PARCELAMENTO / COTAS

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

OBSERVAÇÕES

LOCAL

Guarabira

DATA

3/06/2019

Scanned by CamScanner

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (PM), será acrescido 1 (um) dia útil ao FV
dia padrão de entrega

CARTÃO MAG. COML. REC. 1 14,30

Valor do Porte(R\$) 2,00

Cep Destino 20041-904 (RJ)

Peso real (g) 60

Peso Tarifado 6,000

Código 1180103213100

ALM: R

RODRIGUES

REGISTRO A VISTA 5,75

AVISO DE RECEBIMENTO 5,75





PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RECEITUÁRIO

AO RTM

EMANUNDO MARIA SUELI / RIBEIRA DO BRASIL
DE 32 ANOS VITIMA DE QUEDA DE MOTO.
NEGA USO DE CARRUQUE. SINTOMA DE CONTINGÊNCIA VÔMITOS
E INGESTÃO DE ALCOOL. AO EXAME: SINAIS
DE LIMITAÇÃO FUNDAMENTAL EM EQUILÍBRIO E JOELHO
DIREITO

HG: TRAUMA / FRACTURA DE OMBRO?

SOLICITO AVALIAÇÃO E CONDUTA

24.03.19

Dr. Jesrryer Silva
Médico
CRM 9916/RN

HOSPITAL FRANCISCO BEZERRA SOBRINHO
Rua Expedito Alves, S/N - Moinho Novo - Baraúna/RN
Fone: (84) 3320-3920

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SANE MOSSORÓ 05/07/2019

SAME / ARQUIVO



SESAF/RN - HOSPITAL REG. TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA

BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 47028 /2019

Admissão: 24/04/2019 11:04:58

CIRURGIA GERAL - AMARELO

Paciente: 38736 - MARIA SUELI RIBEIRO DE BESSA FERNANDES (32 a 8 m 1 d)

Nascimento: 23/08/1986

Natural: PORTALEGRE, BRASIL

Sexo: F Cor: PARDA

CNS: 700505350433652

CPF: 08678551429

Prof:

Mãe: MAURA RIBEIRO DE BESSA

Pai: CICERO DA SILVA

Logradouro: VILA ESPERANCA, 1

CEP: 59695000

Bairro: ZONA RURAL

Cidade: BARAUNA

Telephone: 84.33153390

Compl:

Motivo(alegado pelo paciente): QUEDA - MOTO

Tipo: REGULADO

Origem: AMBULANCIA OUTRO

*Empresa:

OBS:

Classificação:

PESO:

24/04/2019 10:59:03

[illegible]

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: 32a, ar amb, sem capacete, desorientada, vômitos, TCE?, dor em quadril e joelho direito. Barauna. Dr JESRREY

Hora:

Diagn. Inicial:

PRESCRIÇÃO:

VIA

HORÁRIO

ASSINT

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO LIMA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORO 07.05.2016

~~SAME / ARQUIVO~~

*SAÍDA: () Decisão médica () Transferido () Evasão () Óbito () Interna: (Preencher CID, PROC)

CID _____ Proc. _____ Data: ____/____/19. Hr: ____:____ Médico: _____

*Gerado via SX por KI EBER RICARDO DE FRANCA BEZERRA. Impresso em 24 de Abril de 2019.

(Assinar e

Carimbar)



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 27/09/2019 18:11:37

Num. 49335222 - Pág. 2

<https://pje1g.tjrj.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19092718113708800000047671865>

Número do documento: 19092718113708800000047671865



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Baraúna
Avenida Jerônimo Rosado, S/N, Centro, BARAÚNA - RN - CEP: 59695-000

Processo: 0800702-54.2019.8.20.5161

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: MARIA SUELI RIBEIRO DE BESSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Intime-se a parte autora, por seu advogado, para emendar a inicial, juntando a devida procuração nos autos, pois embora conste o documento intitulado como “*Procuração*”, ID 49335216, verifico que o documento faz referência a pessoa estranha aos autos.

Concedo o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, uma vez que se trata de documento indispensável à propositura da ação, nos termos dos artigos 320 e 321, *caput* e parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Cumpra-se.

Baraúna/RN, 30 de setembro de 2019.



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

ANDRESSA LUARA HOLANDA ROSADO FERNANDES

Juízade Direito



Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(íza) de Direito da Vara Cível da Comarca de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte.

Processo: 0800702-54.2019.8.20.5161

Maria Sueli Ribeiro Bessa, devidamente qualificada nos autos da ação de cobrança, número em epígrafe, vem respeitosamente perante V. Exa., por intermédio de sua bastante procuradora que esta subscreve, em atenção ao despacho deste Juízo, pugnar pela juntada do instrumento procuratório em anexo, sendo desta forma, feita Justiça.

Termos em que,

Espera o deferimento e prosseguimento da demanda.

Baraúna - RN, datado e assinado eletronicamente.



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"**

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante Maria Suzeli Ribeiro de Barros brasileiro(a) casada, Agricultora portador do Fernand

CPF: 086.785.314.29 residente na Rua: Rua Costa Veloso,
82, Bairro: Área Rural, cidade Barauna, com

os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Barauna -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à **30% (trinta por cento)**, sob o valor da condenação, **independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;**

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na clausula **"ad exitum";**

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 15/10/2019.

Contratante: Maria Suzeli Ribeiro de Barros

Contratado:
OAB/7469

Testemunhas: _____
CPF nº _____

Testemunhas: _____
CPF nº _____

P R O C U R A Ç Ã O "AD JUDICIA"

Outorgante: Maria Sueli Ribeiro de Bessa Fernandes brasileiro(a) -
casada, Agricultrice portador do RG nº 002.948.292, e do
CPF nº 086.785.544-29, residente na
RUA: Rolando Veloso 82, BAIRRO:
Área Rural, cidade Mossoró - Rio Grande

do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada, portadora da OAB/RN 7.469, EMMANUEL SARAIVA FERREIRA, brasileiro, solteiro, advogado OAB/PB 16928 podendo serem intimados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na Comarca Mossoró -RN, podendo a outorgada, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo, receber e levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação, apresentar recurso e contra razões, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 15/10/2019.

Outorgante: X Maria Sueli Ribeiro de Bessa Fernandes.

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Maria Sueli Ribeiro de Bessa Fernandes, brasileiro(a), casada, Agricultora
portador do RG nº 002.918.292, e do CPF 086.785.5429 residente na
Rovado Veloso, na Cidade de Barauna - Rio Grande do
Norte. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma
da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na
Comarca de Barauna - Rio Grande do Norte. Afirma ainda
ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a
verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em 15/10/2019.

Declarante: x Maria Sueli Ribeiro de Bessa Fernandes

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, Maria Sueli Ribeiro de Sousa Fernandes, brasileiro, casada,
Agricultora, com CPF n° 036.785.544-29, residente na
Rua Roberto Helame n° 82, BAIRRO: Área Rural
Boracema -RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento
de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes,
fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei
7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e
cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o
presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro-RN, em 15/ outubro / 2019.

Declarante: Maria Sueli Ribeiro de Sousa Fernandes

CP - Decreto Lei n° 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

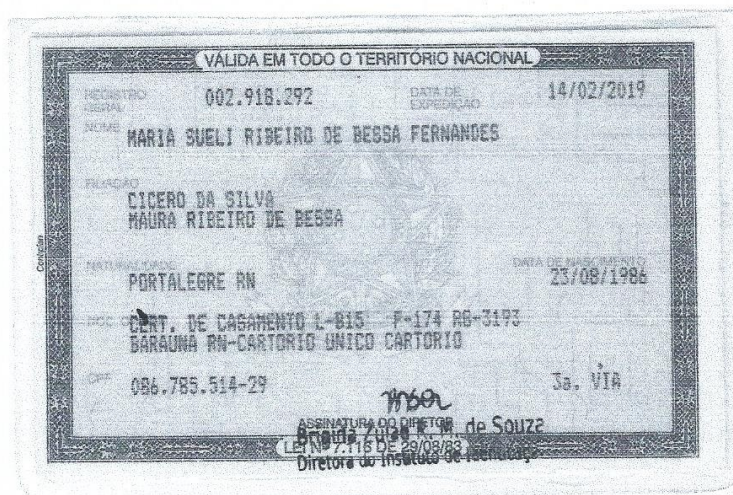
Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Baraúna
Avenida Jerônimo Rosado, S/N, Centro, BARAÚNA - RN - CEP: 59695-000

Processo: 0800702-54.2019.8.20.5161

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: MARIA SUELI RIBEIRO DE BESSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Intime-se a parte autora, por seu Advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, anexar aos autos documentos comprobatórios de sua hipossuficiência para análise do pedido de Justiça Gratuita. Ressalto que em caso de isenção de pagamento do imposto de renda, tal comprovação deverá ser anexada aos autos.

Ademais, o não cumprimento da diligência acarretará o indeferimento do pedido da Justiça Gratuita ou, alternativamente, recolher custas, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 do NCPC).

Decorrido tal prazo, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos.

Cumpra-se.

Baraúna/RN, 17 de outubro de 2019.



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

ANDRESSA LUARA HOLANDA ROSADO FERNANDES

Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Vara Única da Comarca de Baraúna

Avenida Jerônimo Rosado, S/N, Centro, BARAÚNA - RN - CEP: 59695-000

Processo nº: 0800702-54.2019.8.20.5161

CERTIDÃO

-

CERTIFICO, em razão de meu ofício, que decorreu o prazo sem manifestação da parte autora, intimada por seu advogado. Dou fé.

BARAÚNA/RN, 23 de janeiro de 2020

REJANE MARIA BENICIO DANTAS

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Vara Única da Comarca de Baraúna

Avenida Jerônimo Rosado, S/N, Centro, BARAÚNA - RN - CEP: 59695-000

Processo nº 0800702-54.2019.8.20.5161

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Autor: AUTOR: MARIA SUELI RIBEIRO DE BESSA

Réu: RÉU: SEGURADORA DPVAT

DECISÃO

Consta nos autos pedido de justiça gratuita. Contudo, diante da ausência de elementos para análise do referido pedido, este Juízo determinou que a autora colacionasse aos autos documentos comprobatórios de sua hipossuficiência financeira, sob pena de indeferimento do pedido (ID 49941177)

Intimada acerca do despacho retro, a demandante manteve-se inerte conforme Certidão (ID 52628328).

É o breve relatório. Decido.

De acordo com o artigo 98, do Código de Processo Civil, “pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.”

Por outro lado, reza o §2º, do artigo 99, do mesmo diploma legal que “O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos”, sendo certo ainda que embora o §3º, do sobredito artigo, estabeleça a presunção de veracidade no que tange à alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural, não se pode olvidar a regra prevista no artigo 5º, LXXIV, que assegura a assistência, mas condiciona o seu deferimento “aos que comprovarem insuficiência de recursos”.



O novo Código de Processo Civil, no que revogou a Lei nº 1.060/50, regula a matéria da gratuidade judiciária entre seus arts. 98 e 102, merecendo destaque, para o presente caso, a seguinte previsão:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

Como vê, o benefício é destinado a garantir o acesso universal ao Judiciário e merece análise caso a caso.

Este juízo, entendendo haver elementos que evidenciam a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade, despachou determinando que a autora comprovasse o preenchimento dos pressupostos o que não foi atendimento conforme devidamente certificado (ID 52628328).

A gratuidade judiciária, em que pese a nobreza reconhecida de sua finalidade, não pode ser aferida por análise autômata ou protocolar, sob pena de fazer-se letra morta da lei e frustrar a própria razão de ser do instituto. Não é demais reforçar que as custas uma vez adiantadas pelo requerente podem ao final ser compensadas pela parte demanda, caso venha a obter um provimento judicial de procedência dos seus pedidos.

Ante o exposto, INDEFIRO a concessão dos beneplácitos da gratuidade judiciária, nos termos do art. 99, §2º, do NCPC.

Intime-se a parte autora, por seu advogado, para que efetue, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente a comprovação de pagamento das custas judiciais sob pena de cancelamento da distribuição e consequente extinção do processo sem resolução do mérito (art. 290 c/c art. 485, inciso IV do CPC).

Publique-se.

Intime-se.



Expedientes necessários.

Cumpra-se.

Baraúna/RN, 28 de janeiro de 2020.

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

ANDRESSA LUARA HOLANDA ROSADO FERNANDES

Juízade Direito



Segue em anexo





MOSSORO\$ CONSULTORIA JURÍDICA
Kelly Maria Medeiros do Nascimento
Rua Antonio Vieira de Sá 986
Aeroporto-Mossoro-RN
Tel.: (84) 9.9991-1313

Excelentíssimo.(a) Senhor.(a) Douto.(a) Juiz.(a) de Direito da Vara Cível da Baraúna-RN.

Processo nº 0800702-54.2019.8.20.5161.

Autora: Maria Sueli Ribeiro de Bessa.

Ré: SEGURADORA DPVAT.

DOUTO JULGADOR,

Maria Sueli Ribeiro de Bessa, já devidamente qualificada nos autos, por intermédio de sua advogado (a) e bastante procurador (a), com escritório profissional sito no preâmbulo da exordial, onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente, vem à presença de Vossa Excelência, expor e ao final requer o seguinte:

Invoca a parte autora o **"princípio da economia processual"**, visto que, na verdade a parte autora é pobre na perfeita definição da palavra, tendo como ocupação "do lar", conforme faz prova mediante sua CTPS.

Para comprovar sua hipossuficiência segue em anexo comprovação inequívoca onde consta que a Carteira de Trabalho, informa clara e indubitavelmente ser o promovente **"DESEMPREGADO"**. Como já dizia o poeta-Gonzaguinha: O homem sem trabalho não tem honra não tem nada.

O Art. 99, § 3º, do NCPC, determina:

- Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

No mesmo curso prevê o inciso IV do art. 374 do CPC:



Não dependem de prova os fatos:

IV – em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

Por força do § 2º do art. 99 do CPC, que assim dispõe:

§ 2º - O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciam a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Determina o artigo 98, do Código de Processo Civil:

A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

VI - os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;

VII - o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução;

VIII - os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório;

IX - os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.”

Por outro lado, reza o §2º, do artigo 99, do mesmo diploma legal que:

“O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para



a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos”, sendo certo ainda que embora o §3º, do sobredito artigo, estabeleça a presunção de veracidade no que tange à alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural, não se pode olvidar a regra prevista no artigo 5º, LXXIV, que assegura a assistência, mas condiciona o seu deferimento “aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

O novo Código de Processo Civil, no que revogou a Lei nº 1.060/50, regula a matéria da gratuidade judiciária entre seus arts. 98 e 102, merecendo destaque, para o presente caso, a seguinte previsão:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º-Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

2º-O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§3º-Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§4º-A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

De acordo com o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. A Lei nº 1.060/1950, recepcionada pela Carta Magna, estabeleceu as normas para a concessão da assistência judiciária gratuita aos necessitados até o advento do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015).



Inferir nos autos diante da prova documental acostada que a parte promovente é pobre na forma da lei, não tem meios, condições de prover o pagamento das custas processuais

-DO REQUERIMENTO:

Pelo exposto, requer a V. Exa., diante a comprovação do "status" da promovente, comprovado documentalmente que é desempregado, seja finalmente deferido a "**gratuidade judiciária**", por ser absolutamente, hipossuficiente, sendo determinado o prosseguimento do feito, sendo desta forma feito Justiça.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Baraúna-RN, em 06 de julho de 2020.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento

-OAB/RN 7469-



MINISTÉRIO DO TRABALHO
E EMPREGO
SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PLS/PASEP
131.21650.64-4

NÚMERO 0809392 SÉRIE 002-0 UF RN

Maria Sueli Ribeiro de Bessa

ASSINATURA DO TITULAR

FOTOGRAFIA

IMPRESÃO DIGITAL

QUALIFICAÇÃO CIVIL

BRASILEIRO

NOME: MARIA SUELI RIBEIRO DE BESSA

LOC DE NASC: PORTALEGRE - RN

FLUJÃO: CICERO DA SILVA

DOC. APRESENTADO: MAURA RIBEIRO DE BESSA

CN 6452 LIV A3 FLS107 CART UNIC PORTALEGRE RN

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

LOCAL DA EMISSÃO: CENTRAL DO CIDADÃO PAU DOS FERROS

EMISSÃO: 05/10/2006

CONTRATO DE TRABALHO

01407.372/0001-08

EMPRESA: C. Y. K. N. S. C. O

COGOC/CR: Loc. Sitio Velozia II, S/N

ENDEREÇO: 21. N. 4 HT 5 AL

CEP: 64.905-000

CIDADE: BARAUNA - RN

ESP. DO ESTABELECIMENTO: Instalações Rurais

CARGO: Instalador Rural

DATA DE ADMISSÃO: 05.12.2014

RECORD Nº: 49

REMUNERAÇÃO ESPERADA: R\$ 600,00

Remuneração: R\$ 742,00

(Setecentos e Quarenta e Dois Reais) por mês

C. Y. MATSUMOTO

Dele: Alencar Rocha Matsumoto

CPF: 877.515.334-68

C. Y. MATSUMOTO

Dele: Alencar Rocha Matsumoto

CPF: 877.515.334-68

CONTRATO DE TRABALHO

06.087.147/0004-90

UGBP PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

SIT VELAME ESTRADA DE BARAUNA SUMIDOURO, SN - ZONA RURAL

CEP: 59.695-000 - BARAUNA - RN

Cargo: AUX. SERVIÇOS GERAIS

CBO: 622020

D. Admissão: 09 de Dezembro de 2014

Remuneração: R\$ 742,00

(Setecentos e Quarenta e Dois Reais) por mês

Sueli de Castro Silva

UGBP-Produção e Exportação LTDA

DATA DE SUELI: 13

DATA DE SUELI: 13

DATA DE SUELI: 13





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Baraúna
Avenida Jerônimo Rosado, S/N, Centro, BARAÚNA - RN - CEP: 59695-000

Processo: 0800702-54.2019.8.20.5161
AUTOR: MARIA SUELI RIBEIRO DE BESSA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Trata-se de pedido de reconsideração da Decisão (ID 52642433) que indeferiu os benefícios da justiça gratuita requerido pela parte autora e determinou o recolhimento das custas judiciais.

A autora, em seu novo requerimento, reitera o pedido de gratuidade judiciária argumentando que a parte demandada encontra-se desempregada. Contudo, não apresentou documentos comprobatórios de sua hipossuficiência financeira no prazo indicado, bem como utilizou-se da via inadequada para impugnar a decisão.

Diante do exposto, **INDEFIRO o pedido de reconsideração** formulado no ID 57340043 e, consequentemente, mantenho a integralidade da Decisão proferida (ID 52642433).

Intimem-se. Cumpra-se.

Baraúna/RN, 07 de julho de 2020.

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

ANDRESSA LUARA HOLANDA ROSADO FERNANDES

Juíza de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Baraúna
Avenida Jerônimo Rosado, S/N, Centro, BARAÚNA - RN - CEP: 59695-000

Processo: 0800702-54.2019.8.20.5161
AUTOR: MARIA SUELI RIBEIRO DE BESSA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Trata-se de pedido de reconsideração da Decisão (ID 52642433) que indeferiu os benefícios da justiça gratuita requerido pela parte autora e determinou o recolhimento das custas judiciais.

A autora, em seu novo requerimento, reitera o pedido de gratuidade judiciária argumentando que a parte demandada encontra-se desempregada. Contudo, não apresentou documentos comprobatórios de sua hipossuficiência financeira no prazo indicado, bem como utilizou-se da via inadequada para impugnar a decisão.

Diante do exposto, **INDEFIRO o pedido de reconsideração** formulado no ID 57340043 e, conseqüentemente, mantenho a integralidade da Decisão proferida (ID 52642433).

Intimem-se. Cumpra-se.

Baraúna/RN, 07 de julho de 2020.

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

ANDRESSA LUARA HOLANDA ROSADO FERNANDES

Juíza de Direito



MOSSORO§ CONSULTORIA JURÍDICA

Kelly Maria Medeiros do Nascimento

Rua Antonio Vieira de Sá 986

Aeroporto-Mossoro-RN

Excelentíssimo.(a) Senhor.(a) Douto.(a) Juiz.(a) de Direito da Vara Cível da Baraúna-RN.

Processo nº 0800702-54.2019.8.20.5161.

AGRAVANTE: Maria Sueli Ribeiro de Bessa.

AGRAVADO: SEGURADORA DPVAT.

DOUTO JULGADOR,

Maria Sueli Ribeiro de Bessa, já devidamente qualificada nos autos, por intermédio de sua advogado (a) e bastante procurador (a), com escritório profissional sito no preâmbulo da exordial, onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente, vem à presença de Vossa Excelência, expor e ao final requer o seguinte:

Atendendo o comando legal que impõe ao agravante comunicar ao Juiz “a quo”, ajuizamento do “**agravo de instrumento**”, informa que ingressou com o competente remédio jurídico visto que, não tem a requerente meios, condições de prover pagamento de custas e demais emolumentos visto que, é pobre na forma da lei.



Reitera a agravante que como não bastasse o fato de encontra-se “ desempregado”, conforme documentos já acostado aos autos, a Pandemia COVID 19, agravou ainda mais a situação de todos os brasileiros onde informar que não tem meios de prover o pagamento das custas processuais.

Por outro aduz que, não existe nos autos, ou, fora dele, qualquer prova, indícios que o requerente tenha meios, condições de prover pagamento das custas, e caso os fatos aqui reportados nos autos não retratassem a verdade o agravante poderá responder criminalmente nos termos do art. 299 e seguintes do Código Penal .

Ora Douto Julgador o artigo 1.018 do CPC, possibilita que o juiz de primeiro grau exerça juízo de retratação sobre suas decisões interlocutórias e que possa haver o contraditório da parte adversária, a partir do efetivo conhecimento do manejo do agravo de instrumento.

Quanto a retratação a norma legal dispõe:

“ Art. 1.018. O agravante poderá requerer a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso.

§ 1º Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo de instrumento.”

-REQUERIMENTO:

Pelo exposto, requer a V. Exa., que seja dado prosseguimento do feito, momento que, **seja deferido os benefícios da justiça gratuita, efetivando prosseguimento a demanda**, sendo comunicado ao Tribunal “ ad quem”, sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,



Pede deferimento.

Barauna-RN, em 23 de Julho de 2020.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento

-OAB/RN 7469-



Junto decisão em agravo





13/08/2020

Número: **0806441-34.2020.8.20.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **Terceira Câmara Cível**

Órgão julgador: **Gab. Des. Amaury Moura Sobrinho na Câmara Cível - Juiz convocado Dr. João**

Afonso Pordeus

Última distribuição : **23/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA SUELI RIBEIRO DE BESSA (AGRAVANTE)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (AGRAVADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6845689	24/07/2020 10:57	Decisão	Decisão
7066734	13/08/2020 10:01	Ofício	Ofício





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Gab. Des. Amaury Moura Sobrinho na Câmara Cível - Juiz convocado Dr. João Afonso
Pordeus

0806441-34.2020.8.20.0000

AGRAVANTE: MARIA SUELI RIBEIRO DE BESSA

Advogada: DRA. KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO

AGRAVADO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

RELATOR: JUIZ JOÃO AFONSO PORDEUS (CONVOCADO)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de antecipação de tutela recursal interposto por **Maria Sueli Ribeiro de Bessa** em face da decisão proferida pelo Juízo de Direito da Vara Cível da Comarca de Baraúna-RN, nos autos do processo nº 0800702-54.2019.8.20.5161, em que contende com Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, indeferiu o pedido de gratuidade processual.

Em suas razões recursais, aduz, em síntese, que é pobre na forma da Lei, e “ agricultora ” conforme declaração de pobreza e declaração de isento de imposto de renda, onde resta comprovado de forma inequívoca que a requerente não se encontra em condições de arcar com as custas processuais.

Quanto à probabilidade do direito, afirma que é pobre na forma da lei, encontra-se desempregada, não tendo meios de prover o pagamento das custas processuais. Dessa maneira, fica evidente que o direito alegado no presente recurso reveste-se dos requisitos para que seja deferido a suspensão da decisão interlocutória proferida pelo Juízo Monocrático, com o posterior prosseguimento da demanda, sendo citada a agravada para apresentar resposta nos autos, efetivando-se os demais atos processuais.

Aduz que vive só da agricultura para seu sustento, tendo apresentado cópia da sua CTPS, sendo que tal documento não foi aceito pelo Juiz “ a quo ”.

Afirma que acostou aos autos os documentos, provas que retratam seu “status”, onde reportou que é desempregada que também não é inserida no mercado informal, que não declara imposto de renda. Todavia, não existe outros meios de provar que é pobre na forma da lei.

Destarte, a declaração de hipossuficiência, por previsão legal (art. 99, § 2º), é uma presunção relativa, ou seja, admite-se a produção de provas, nesse sentido, o magistrado não poderá mais indeferir de plano a gratuidade, devendo determinar a comprovação documental de faz jus ao benefício.

Afirma que o ordenamento jurídico pátrio, tanto na órbita constitucional quanto infraconstitucional, garante a assistência judiciária gratuita aos litigantes que não conseguem arcar com os encargos processuais. Assim, colhe-se da Constituição, em seu artigo 5º, inciso LXXIV: “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.



Assinado eletronicamente por: JOAO AFONSO MORAIS PORDEUS - 24/07/2020 10:57:59
<https://pje2g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2007241057593680000006702275>
Número do documento: 2007241057593680000006702275

Num. 6845689 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: JEYSON MEDEIROS DE OLIVEIRA - 18/08/2020 16:24:30
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20081816243047600000056450651>
Número do documento: 20081816243047600000056450651

Num. 58802976 - Pág. 2

Ao final, requer seja deferido a concessão a antecipação de tutela recursal, em razão do preenchimento dos requisitos legais, determinando a gratuidade processual, dando-se prosseguimento ao processo junto ao Juízo Monocrático, efetivando a citação da agravada, para querendo apresentar resposta caso deseje, efetivando-se todos os atos até o julgamento definitivo do presente recurso. No mérito, requer o provimento do agravo de instrumento, para, ser dado prosseguimento de forma definitiva à demanda principal.

Junta aos autos documentos de ID 6842455 a ID 6842635.

É o relatório.

Passo à análise do pedido de tutela recursal.

A possibilidade de deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal na via do agravo de instrumento decorre do contido no artigo 1.019, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015, situação em que o relator deverá realizar a análise dos requisitos necessários a concessão da tutela provisória.

A tutela de urgência encontra previsão no artigo 300 do Código de Processo Civil, e “será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.

Cumpra inicialmente destacar o disposto no artigo 98 do Código de Processo Civil, *in verbis*:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

I - as taxas ou as custas judiciais;

II - os selos postais;

III - as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;

IV - a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse;

V - as despesas com a realização de exame de código genético - DNA e de outros exames considerados essenciais;

VI - os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;

VII - o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução;



Assinado eletronicamente por: JOAO AFONSO MORAIS PORDEUS - 24/07/2020 10:57:59
<https://pje2g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2007241057593680000006702275>
Número do documento: 2007241057593680000006702275

Num. 6845689 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: JEYSON MEDEIROS DE OLIVEIRA - 18/08/2020 16:24:30
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20081816243047600000056450651>
Número do documento: 20081816243047600000056450651

Num. 58802976 - Pág. 3

VIII - os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório;

IX - os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.

Por sua vez, o artigo 99, §§ 2º e 3º, também do Código de Processo Civil, estabelece:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

(...)

§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Resta claro, portanto, que o Código de Processo Civil em vigor exige para a concessão do benefício a declaração unilateral de pobreza, deixando a cargo da outra parte a eventual demonstração da falsidade da declaração, a teor do disposto no artigo 100 do CPC.

Sobre a matéria ora em análise, Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, assim ponderam :

1. Afirmação da parte. A CF 5º LXXIV, que garante assistência jurídica e integral aos necessitados que comprovarem essa situação, não revogou a LAJ 4º. Basta a simples alegação do interessado para que o juiz possa conceder-lhe o benefício da assistência judiciária. Essa alegação constitui presunção juris tantum de que o interessado é necessitado.

Destaque-se que o entendimento majoritário da jurisprudência gira em torno da desnecessidade de comprovação do estado de carência financeira, bastando a declaração pertinente.

Sobre o tema em questão, trago à baila o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:



Assinado eletronicamente por: JOAO AFONSO MORAIS PORDEUS - 24/07/2020 10:57:59
<https://pje2g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2007241057593680000006702275>
Número do documento: 2007241057593680000006702275

Num. 6845689 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: JEYSON MEDEIROS DE OLIVEIRA - 18/08/2020 16:24:30
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20081816243047600000056450651>
Número do documento: 20081816243047600000056450651

Num. 58802976 - Pág. 4

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA DE NOVA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. NÃO CONCESSÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 7/STJ.

1. Inexistência de ofensa ao art. 535 do CPC, quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. Para a concessão do benefício da justiça gratuita, basta a simples declaração de hipossuficiência firmada pelo requerente.

3. Não se afasta, porém, a possibilidade de o magistrado exigir a comprovação do estado de necessidade do benefício, quando as circunstâncias dos autos apontarem que o pretendente possui meios de arcar com as custas do processo, pois a presunção de veracidade da referida declaração é apenas relativa.

4. Na hipótese, a reforma do julgado recorrido, quanto à não concessão de justiça gratuita, demandaria o reexame das provas constantes dos autos, providência vedada em sede especial, a teor da Súmula n.º 07/STJ.

5. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.

6. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no REsp 1439137/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 29/03/2016).

Nesse sentido, colaciono o seguinte precedente desta Corte:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA QUE DEVEM SER CONCEDIDOS, MEDIANTE SIMPLES AFIRMAÇÃO DE QUE NÃO ESTÁ EM CONDIÇÕES DE PAGAR AS CUSTAS DO PROCESSO E OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, SEM PREJUÍZO DO SUSTENTO PRÓPRIO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 98 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM NÃO AFASTADA. AGRAVANTES QUE COMPROVAM SUA INSUFICIÊNCIA EM ARCAR COM AS CUSTAS PROCESSUAIS. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO REFORMADA. (Agravado de Instrumento Com Suspensividade nº 2016.003526-0. Relator: Desembargador Amaury Moura Sobrinho. DOE 24/05/2016).



Assinado eletronicamente por: JOAO AFONSO MORAIS PORDEUS - 24/07/2020 10:57:59
<https://pje2g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2007241057593680000006702275>
Número do documento: 2007241057593680000006702275

Num. 6845689 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: JEYSON MEDEIROS DE OLIVEIRA - 18/08/2020 16:24:30
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20081816243047600000056450651>
Número do documento: 20081816243047600000056450651

Num. 58802976 - Pág. 5

Ressalte-se, por fim, que a agravante junta a cópia de sua Carteira de Trabalho (6842461 - Pág. 1) na qual consta que a mesma se encontra atualmente desempregada, bem como documento de isenção de declaração de imposto de renda (ID 6842456 - Pág. 4).

Ainda quanto à probabilidade do direito, destaque-se que a manutenção da decisão agravada representa flagrante afronta ao princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional, além de causar grave lesão à agravante que estará impossibilitada de acionar o Judiciário no intuito de assegurar o direito objeto da demanda principal.

Pelo exposto, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, e, em consequência, concedo à agravante os benefícios da gratuidade judiciária.

Comunique-se o inteiro teor desta decisão ao Juízo de Direito da Vara Cível da Comarca de Baraúna-RN.

Intime-se a parte agravada, por seu advogado, para que responda o agravo de instrumento no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso (art. 1.019, II, CPC/2015).

Independentemente de novo ordenamento, cumpridas as determinações, remetam-se à Procuradoria Geral de Justiça para emissão de parecer (art. 1019, III, CPC/2015).

Publique-se. Intime-se.

Natal/RN, data da assinatura eletrônica.

Juiz João Afonso Pordeus (convocado)

Relator





Assinado eletronicamente por: JOAO AFONSO MORAIS PORDEUS - 24/07/2020 10:57:59
<https://pje2g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2007241057593680000006702275>
Número do documento: 2007241057593680000006702275

Num. 6845689 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: JEYSON MEDEIROS DE OLIVEIRA - 18/08/2020 16:24:30
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20081816243047600000056450651>
Número do documento: 20081816243047600000056450651

Num. 58802976 - Pág. 7



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SECRETARIA JUDICIÁRIA
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS - DAOC
SEÇÃO DE APOIO A 3ª CÂMARA CÍVEL

Praça Sete de Setembro, 34 – Cidade Alta – Natal/RN – CEP: 59.025-300
E-mail: secjud@tjrn.jus.br – Telefone: (0.31.84.3616-6491) – Fax: (0.31.84.3616-6437)

Missão: realizar justiça. Visão: ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade.

Ofício nº 0806441-34.2020.8.20.0000-3ªCCível/SJ/TJRN

Natal/RN, 13 de agosto de 2020

A Sua Excelência o Senhor
Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Baraúna/RN

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) nº 0806441-34.2020.8.20.0000 (Origem nº
0800702-54.2019.8.20.5161)

Agravante: **MARIA SUELI RIBEIRO DE BESSA**

Agravado: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Assunto: Comunica decisão (CIÊNCIA E CUMPRIMENTO)

Senhor(a) Juiz(a) de Direito,

Comunico a Vossa Excelência, para ciência e imediato cumprimento, que o Excelentíssimo Senhor Juiz **João Afonso Pordeus** - Relator (convocado) nos autos em destaque, **deferiu** o pedido de antecipação de tutela recursal, e, em consequência, concedendo à agravante os benefícios da gratuidade judiciária.

Segue em anexo, como parte integrante deste ofício, cópia da decisão proferida.



Assinado eletronicamente por: ANA ISABELA BARBOSA BERNARDO DA COSTA - 13/08/2020 10:01:22
<https://pje2g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20081310012239300000006915960>
Número do documento: 20081310012239300000006915960

Num. 7066734 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: JEYSON MEDEIROS DE OLIVEIRA - 18/08/2020 16:24:30
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20081816243047600000056450651>
Número do documento: 20081816243047600000056450651

Num. 58802976 - Pág. 8

Respeitosamente,

ANA ISABELA BARBOSA BERNARDO DA COSTA

Servidora de Secretaria

DOCUMENTOS: A visualização das peças processuais, poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjm.jus.br/pje2grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando os código abaixo, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	20072314151404500000006699112
Maria Sueli Ribeiro de Bessa-Agravo de Instrumento	Outros documentos	20072314151680600000006699113
Procuração e contrato	Procuração	20072314151720000000006699114
Documentos pessoais e Endereço	Documento de Identificação	20072314151775900000006699115
carteira de trabalho	Documento de Comprovação	20072314151823100000006699119
Decisão interlocutoria	Documento de Comprovação	20072314151855800000006699116
TEMPESTIVIDADE DO AGRAVO DE INSTRUMENTO	Documento de Comprovação	20072314151889700000006699120
Inicial-1º grau	Documento de Comprovação	20072314151918000000006699121
Documentação hospitalar	Documento de Comprovação	20072314151986900000006699324
Relato do sinistro	Documento de Comprovação	20072314152019000000006699338
Documento do veículo	Documento de Comprovação	20072314152058500000006699340
TEMPESTIVIDADE DO AGRAVO DE INSTRUMENTO	Documento de Comprovação	20072314152089900000006699343
Decisão	Decisão	20072410575936800000006702275
Intimação	Intimação	20072410575936800000006702275
Intimação	Intimação	20081309515352800000006915854
Intimação	Intimação	20072410575936800000006702275



Assinado eletronicamente por: ANA ISABELA BARBOSA BERNARDO DA COSTA - 13/08/2020 10:01:22
<https://pje2g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20081310012239300000006915960>
Número do documento: 20081310012239300000006915960

Num. 7066734 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: JEYSON MEDEIROS DE OLIVEIRA - 18/08/2020 16:24:30
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=200818162430476000000056450651>
Número do documento: 200818162430476000000056450651

Num. 58802976 - Pág. 9

Ciente da certidão cadastrada sob o id 58802974, bem como aproveita o ensejo e informa que Carteira de Trabalho, documento hábil a comprovar sua hiposuficiência, foi acostado ao processo tendo como número de protocolo 57340045.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

0800702-54.2019.8.20.5161

Avenida Jerônimo Rosado, S/N, Centro, BARAÚNA - RN - CEP: 59695-000

Processo: 0800702-54.2019.8.20.5161

Ação:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Autor:AUTOR: MARIA SUELI RIBEIRO DE BESSA

Réu: RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

I. Decisão indeferindo a justiça gratuita (ID 57373690). Tal Decisão foi objeto de Agravo de Instrumento, tendo o E. Tribunal dado provimento para o deferimento da justiça gratuita (ID 58802976).

II. Deixo para aprazar audiência de conciliação após a realização da perícia, quando haverá maior possibilidade de autocomposição.

III. Cite-se o réu para oferecer contestação no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial.

IV. Apresentada a contestação, intime-se o autor para que, querendo, apresente réplica no prazo de 15 dias.

V. Após, inclua-se o feito na pauta do Multirão DPVAT, onde deverá ser realizada a perícia a ser custeada pela parte demandada nos termos do Convênio nº 01/2013 celebrado entre a Seguradora e o TJ RN, bem como a audiência de conciliação.

VI. Formulo, desde já, os seguintes quesitos para a perícia:

1- Quais as lesões sofridas pelo autor?

2- As lesões decorreram de acidente de veículo?

3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente?

4- Totalmente ou em parte?



5 – Em que percentual?

6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho ou incapacidade fisiológica?

7- A incapacidade é temporária ou permanente?

8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral ou fisiológica?

9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta?

10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão é intensa (75% ou mais), média (50%), leve (25%) ou residual(10% ou menos)?

VII. Intime-se as partes para, querendo, indicarem assistente técnico para acompanhar a perícia, bem como apresentarem outros quesitos além dos já mencionados, mediante petição em duas vias, sendo uma para os autos e outra para o perito.

VIII. Formulado o laudo e não havendo acordo, intime-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 10 (dez) dias e informarem se têm interesse na produção de outras provas.

IX. Findo o prazo e nada sendo requerido, venham os autos conclusos para sentença.

Providências necessárias.

Cumpra-se.

Baraúna/RN, 09 de setembro de 2020.

(Documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

ANDRESSA LUARA HOLANDA ROSADO FERNANDES

Juíza de Direito



Ciente do despacho cadastrado sob o id 59511654

